

Lobão garante os recursos para investimentos

Maurício Godoi
São Paulo

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, assegurou, ontem, em São Paulo que o setor energético não sofrerá com a crise financeira. Para isso, ele afirmou que mais de 50% dos recursos previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão destinados à pasta que comanda.

Do total desses recursos, US\$ 61 bilhões serão destinados a geração, US\$ 16 bilhões a transmissão e outros US\$ 122 bilhões para o setor de petróleo. Esses aportes fazem parte de um plano futuro que o governo colocou em prática cuja meta é preparar o País para gerar 250 mil MWh em 40 anos, e engloba geração hidroelétrica, nuclear, eólica e termoelétrica.

Esse anúncio do ministro vai ao encontro do que o presidente da Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústria de Base (Abdib), Paulo Godoy, pediu durante o 9º Encontro de Negócios de Energia, promovido pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). Ele cobrou do governo duas ações principais. Uma para o câmbio que na opinião do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, deve ficar entre R\$ 1,90 e R\$ 2,00 e a segunda, garantir o crédito à iniciativa privada e o funding do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "O PAC não será interrompido, ele será mantido com os recursos que estão previstos e com outras fontes de recursos para o setor energético que não terá nenhum sofrimento", assegurou lobão.

Uma das formas que o governo tem à disposição são as reservas de internacionais de mais de US\$ 200 bilhões. Além disso, afirma Lobão, "o mundo inteiro quer emprestar dinheiro ao Brasil, um exemplo é a China que veio oferecer recursos, e os árabes que querem investir pesadamente no setor energético nacional", revelou o ministro, que afirmou ainda que mesmo com esse começo de crise há capital disponível. "investir em energia no Brasil é uma coisa absolutamente segura", complementou.

Um novo aliado de última hora que o governo passou a contar, pelo menos na hora da crise, veio na figura do presidente da Fiesp. Skaf elogiou a atuação do Banco Central quanto às medidas tomadas para conter a escalada do dólar e a injeção de cerca de R\$ 60 bilhões no sistema financeiro, oriundos do depósito compulsório dos bancos. Para o presidente da Fiesp é importante que o Brasil continue a investir no setor de infra-estrutura em razão do abandono que o setor viveu nessa área. "Já perdemos muito tempo e não podemos esperar mais. O governo deve manter todos os programas e projetos, por mais grave que possa ser qualquer crise, que como todas as outras, passará, o que não podemos é ficar sem energia, pois assim não há como ter novas fábricas", declarou.

Paulo Skaf aproveitou para dizer como ele ajudaria na solução da crise, "eu não teria dúvidas e baixaria os juros básicos da economia", em referência à próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Mais hidroelétricas

No último leilão de energia nova, o leilão A-5, de 30 de setembro, mais de 64% da energia contratada foi de térmicas movidas a óleo combustível. A esperança do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, é de que esse cenário não volte a se repetir nos próximos leilões.

Ele disse que espera pela presença maior da energia de fontes hidráulicas e acredita que o bom-senso prevalecerá. Tolmasquim cita ainda que os novos projetos que a EPE planeja que entrem em operação até 2017, somam um total potencial de 40 mil MW no sistema elétrico nacional. Já o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman disse "estar triste" com a situação de matriz energética do país estar "suja" com a presença maciça de termoeletricas ao invés de hidroelétricas e defende, assim como Paulo Godoy da Abdib, que algo precisa ser feito urgentemente.

Eles se referem à legislação que trata do licenciamento. Para ambos, algo deve estar errado para que uma fonte de energia elétrica que é muito mais cara quando entra em operação, seja mais viável para o País. Kelman chamou a atuação do Ibama de fundamentalista contra as usinas hidroelétricas, situação esta que faz o Brasil perder competitividade.

De acordo com dados da EPE e da Aneel, o Brasil utiliza apenas 30% de todo seu potencial hidráulico já comprovado.

No evento que termina nesta terça-feira, o ministro de Minas e Energia reiterou que o Tratado de Itaipu será obedecido e que já há uma comissão formada por representantes brasileiros e paraguaios que estão analisando o preço que o Brasil paga ao vizinho. Segundo as palavras do próprio ministro, a acusação de que o Brasil paga apenas US\$ 2 MWh é uma falácia, o preço real é de US\$ 45 MWh e que em 10 dias o resultado será conhecido.

Projeto de Jirau

Um ofício de Kelman, encaminhado no início do mês para o diretor-geral do Ibama, Roberto Messias, sinaliza que a Aneel vai aprovar, do ponto de vista técnico, a proposta do consórcio Energia Sustentável do Brasil (Enersus) de alterar em nove quilômetros o local de construção da usina hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira. Formalmente, a Aneel só vai autorizar ou não a mudança depois que o Ibama der ao projeto a licença de instalação, o que permite o início das obras.

O documento assinado por Kelman, entretanto, já revela que as avaliações da área técnica da agência concluem "pelo total atendimento às exigências essenciais à concessão". Mas, além disso, Kelman diz que não existem obstáculos para que se iniciem as chamadas providências preliminares da obra, como a instalação do canteiro e a execução das chamadas enseadeiras.

GODOI, M. **Lobão garante os recursos para investimentos.** DCI, Indústria, Energia, Infra-estrutura, A8, 14/10/2008.